



EXPEDIENTE	DECISÃO PLENÁRIA - Data: ____/____/2023		
Data: ____/____/2023	() PEDIDO DE VISTA () PEDIDO DE RETIRADA	() APROVADO () REPROVADO	Visto Secretário: _____ -

PROJETO DE LEI Nº 010/2023

Dispõe sobre a criação do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino/MT, altera a Lei Municipal nº 1.378/2020, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que ela aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino, alterando-se os Anexos I, II e III, da Lei Municipal 1.378/2020.

Art. 2º. Fica alterada a redação do inciso III e acrescentado o inciso IV ao art. 2º da Lei Municipal nº 1.378/2020, que passam a vigor da seguinte forma:

Art. 2º Compõem a estrutura de cargos públicos de provimento em comissão da Câmara Municipal:

I – (...)

II – (...)

III – Assessor Parlamentar;

IV - Chefe de Serviços Gerais;

Art. 3º. Fica alterada a redação do §6º do art. 3º da Lei Municipal 1.378/2020, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 3º (...)

§1º (...)

§6º No mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos cargos de provimento em comissão previstos nesta Lei deverão



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

obrigatoriamente ser preenchidos por ocupantes de cargos públicos de provimento efetivo.”

Art. 4º. Fica alterado o requisito de formação para o cargo de provimento em comissão de Assessor da Presidência, conforme estabelecido junto ao Anexo II desta Lei.

Art. 5º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Plenário Ver. Juvenal B. Soares, 15 de maio de 2023.

Ver. Arnildo Gerhardt Neto-PODEMOS
Presidente

Ver. José Carlos David-PDT
Vice-Presidente



ANEXO I
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO	NATUREZA	QUANTIDADE	REFERÊNCIA
Coordenador Geral	Comissionado	1	C-I
Assessor da Presidência	Comissionado	1	C-II
Assessor Parlamentar	Comissionado	1	C-II
Chefe de Serviços Gerais	Comissionado	1	C-III

ANEXO II
DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS PARA OCUPAR O CARGO COMISSIONADO

II – DO CARGO DE ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA CC-II

(...)

Requisitos:

Formação: **Ensino Superior Completo.**

Forma de Ingresso: **Livre nomeação e exoneração**

IV – DO CARGO DE ASSESSOR PARLAMENTAR - CC-II

Prestar assessoramento legislativo de acordo com as orientações políticas definidas pelos Vereadores, podendo utilizar dados e pareceres disponibilizados pelo quadro técnico da Câmara Municipal; - Examinar expedientes, processos e documentos, a fim de assessorar os Vereadores com informações e dados concretos, inclusive com base em informações coletadas junto à comunidade local; - Assessorar na elaboração da agenda política dos Vereadores, bem como acompanhá-los em eventos e viagens, quando devidamente justificado; - Promover e manter contatos com as áreas técnicas da Câmara que possam colaborar nas atividades dos Vereadores, funcionando como um facilitador nos fluxos de trabalho e harmonização das demandas políticas em relação à observância das exigências técnicas de cada unidade administrativa do Poder Legislativo; - Assessorar os Vereadores em seus atendimentos e contatos políticos com munícipes, órgãos públicos e organizações não governamentais; - Assessorar a coordenação e o controle das atividades parlamentares dos Vereadores, a fim de ponderar e registrar em todas as atividades de assessoramento as características políticas dos titulares de mandato parlamentar; - Assessorar os Vereadores na análise de normas, leis, resoluções, regimentos e demais instrumentos; - Assessorar os vereadores, nas atividades desempenhadas na qualidade de membros de Comissões Temporárias, como Comissão Parlamentar de Inquérito e Comissão Processante, prestando auxílio na elaboração de relatórios e outros despachos e documentos que se fizerem necessários, bem como alertando acerca dos prazos a serem cumpridos, estabelecidos na legislação; - Assessorar os Vereadores na análise dos projetos e no aprimoramento de



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

medidas voltadas à fiscalização do cumprimento das disposições orçamentárias, planos e metas para o Município; Prestar assessoramento às atividades políticas dos Vereadores; - Assessorar a coleta de dados para fundamentar e motivar a iniciativa ou manifestação legislativa, à luz das características políticas dos Vereadores; - Assessorar politicamente os Vereadores em todos os trabalhos externos junto à comunidade e órgão públicos, estabelecendo o intercâmbio de informações e reivindicações da população; - Manter comprometimento político com os Vereadores que assessora, estando à disposição de forma ininterrupta todos os dias, a seu critério, mantendo fidelidade às diretrizes políticas estabelecidas; - Executar outras tarefas e competências correlatas que forem atribuídas pelo Vereador ou Presidente da Câmara.

Requisitos:

Formação: **Ensino Superior Completo.**

Forma de Ingresso: **Livre nomeação e exoneração**

ANEXO III
DOS VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO	VENCIMENTO	REFERÊNCIA
Coordenador Geral	12.772,68	CCI
Assessor da Presidência	5.987,19	CCII
Assessor Parlamentar	5.987,19	CCII
Chefe de Serviços Gerais	3.592,31	CCIII



JUSTIFICATIVA

Nobres Pares, o presente projeto tem por objetivo criar o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino/MT, alterar o percentual mínimo de cargos comissionados destinados aos servidores de carreira, bem como alterar o requisito de formação para o cargo de provimento em comissão de Assessor da Presidência.

Convém mencionar, que a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Diamantino não desconhece o teor da Notificação Recomendatória nº 18/2020 – 2ªPJ/CÍVEL/DIAMANTINO-MT, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso que, dentre outros, recomendou que fossem extintos os cargos comissionados de Assessor Parlamentar, que ocorreu através da Lei Municipal 1.378/2020.

No entanto, nos anos que se passaram, verificou-se a necessidade de se ter nos quadros de servidores comissionados da Câmara Municipal, o cargo de Assessor Parlamentar, especialmente para dar suporte às atividades dos Vereadores, assim como para facilitar a comunicação com a população de modo geral, a fim de angariar subsídios para a melhor atuação dos parlamentares.

Bem por isso, o Presidente desta Casa – Biênio 2021/2022 - reuniu-se com o atual Promotor de Justiça titular da 2ª PJ – Cível, da Comarca de Diamantino, a fim de expor a situação vivenciada pelos parlamentares e a necessidade de criação do cargo de assessor parlamentar.

Estes, pois, os motivos, pelos quais solicitam o apoio dos nobres pares na aprovação do presente Projeto de Lei.

Plenário Ver. Juvenal B. Soares, 15 de maio de 2023.

Ver. Arnildo Gerhardt Neto/PODEMOS
Presidente

Ver. José Carlos David/PDT
Vice-Presidente



PROJETO DE LEI 11/2023 – PODER LEGISLATIVO
ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO – ART. 16 e 17 LRF

Trata-se de demonstração de estimativa de impacto orçamentário-financeiro trazido pela eventual aprovação do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do cargo de provimento em comissão de assessor parlamentar, no âmbito da Câmara Municipal De Diamantino/MT, altera a Lei Municipal 1.378/2020, e dá outras providências.

A tabela 1 demonstra para o exercício atual e dois subsequentes, o impacto orçamentário-financeiro da despesa com pessoal criada pelo PL. No cálculo está prevista nomeação na vaga criada com os dias proporcionais de maio de 2023.

	2023	2024	2025
Previsão Aumento 3.1.90	59.924,84	108.823,55	108.823,55

Tabela 1 – Despesa gerada pela aprovação do projeto de lei. Valores expressos em reais.

Considerando a despesa criada, aliada à previsão de gastos com pessoal oriunda da conjuntura existente, entre despesas já executadas e previstas, e a aprovação do referido projeto de lei, apresenta-se a reestimativa da despesa com pessoal, conforme descrito na tabela 2. A reestimativa considerou que em eventual realização de concurso público para o preenchimento de cargos vagos, as nomeações ocorreriam somente em 2024.

	2023	2024	2025
Previsão Total 3.1.90	3.814.790,00	4.246.289,89	4.267.306,92

Tabela 2 – Despesa com pessoal reestimada após a aprovação do projeto de lei. Valores expressos em reais.

A projeção abrange as obrigações de gasto com pessoal como vencimentos, subsídios, gratificações, incentivos, adicionais, férias, décimo terceiro salário, progressões de nível, promoções de classe, contribuição previdenciária patronal e licenças-prêmio indenizadas.

Levando em consideração a reestimativa apresentada e o valor fixado na lei 1.516/2022 (LOA/2023) para gastos com despesa de pessoal, após a aprovação do projeto de lei em questão não haveria necessidade de nova suplementação, já que o valor previsto na LOA, mais créditos adicionais na dotação 20001.3.1.90 é de R\$ 3.820.000,00, valor suficiente para a cobertura da despesa acrescida.

A expansão de despesas será suportada com a previsão de aumento da receita arrecadada pelo município de Diamantino, aliada à previsão de aumento do duodécimo recebido pelo Poder Legislativo conforme as metas estabelecidas no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes. Assim, considerando que os valores de duodécimo já estão previstos nas metas das referidas leis, a despesa criada não afetará as metas de resultados

Handwritten signature and date: 15/05/23



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

fiscais estabelecidos. Os dados da previsão de aumento da receita e duodécimo estão demonstrados na tabela 3.

	2023	2024	2025
Previsão Receita Municipal	185.320.280,80	196.241.998,07	210.798.405,61
Previsão de Duodécimo Poder Legislativo	6.498.872,29	6.906.299,69	7.024.737,92

Tabela 3 – Previsão de Aumento de Receita Corrente/Duodécimo, conforme PPA e LDO vigentes. Valores expressos em reais.

Já a tabela 4, evidencia a estimativa do impacto da majoração da despesa com pessoal trazido pelo projeto de lei, em relação a limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e ao limite constitucional de gasto com folha de pagamento das Câmaras Municipais.

O limite máximo de gasto com pessoal do Poder Legislativo Municipal é de 6,00% da Receita Corrente Líquida do Município. No Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2023, o percentual atingido foi de 1,88%.


Já em relação limite de 70% com gasto com folha de pagamento, tratado no artigo 29-A § 1º da Constituição Federal, será respeitado, mesmo após a eventual aprovação do projeto.

	2023	2024	2025
Previsão Receita Corrente Municipal	175.718.220,00	185.693.608,00	200.099.551,00
Previsão de Duodécimo Poder Legislativo	6.498.872,29	6.906.299,69	7.024.737,92
Gasto Com Pessoal Previsto	3.814.790,00	4.246.289,89	4.267.306,92
Percentual Previsto (LRF)	2,17%	2,29%	2,13%
Gasto com Folha de Pagamento (CF)	58,70%	61,48%	60,75%

Tabela 4 – Limite de Gastos com Pessoal de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal/CF.

Nesse sentido, **considerando as atuais estimativas apresentadas**, demonstra-se que há suporte orçamentário-financeiro para as despesas oriundas do projeto de Lei que dispõe sobre a criação do cargo de provimento em comissão de assessor parlamentar, no âmbito da Câmara Municipal De Diamantino/MT, altera a Lei Municipal 1.378/2020, e dá outras providências.

Diamantino/MT, 11 de maio de 2023


Arnildo Gerhardt Neto
Presidente



DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Arnildo Gerhardt Neto, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento às determinações dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, DECLARO, nos termos da legislação vigente, existir adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes para tramitação do Projeto de Lei n.º 11/2023, que dispõe sobre a criação do cargo de provimento em comissão de assessor parlamentar, no âmbito da Câmara Municipal De Diamantino/MT, altera a Lei Municipal 1.378/2020, e dá outras providências.

Diamantino/MT, 11 de maio de 2023

Arnildo Gerhardt Neto
Presidente



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

PROJETO DE LEI 11/2023 – PODER LEGISLATIVO
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO)

Além das rubricas orçamentárias já tratadas no impacto orçamentário financeiro, a criação do cargo em questão implicaria no aumento de R\$ 300,00 mensais com auxílio alimentação do servidor ocupante, uma vez que tal despesa é decorrente de lei já aprovada. Isso resultaria no aumento de valores tratados na tabela 1.

Elemento: 3.3.90.46	2023	2024	2025
Auxílio Alimentação – Legislação atual	68.400,00	68.400,00	68.400,00
(+) Auxílio Alimentação - Assessor Parlamentar	2.400,00	3.600,00	3.600,00
(=) Auxílio Alimentação Posterior	70.800,00	72.000,00	72.000,00

Tabela 1 – Previsão de Aumento de Receita Corrente/Duodécimo, conforme PPA e LDO vigentes. Valores expressos em reais.

Ressalta-se, porém, que tais valores não implicariam em aumento da dotação prevista em 2023, pois seria suficiente para tal cobertura, já que está fixada na LOA em R\$ 80.000,00. Além disso, o auxílio alimentação não é considerado gasto com pessoal para fins de aplicação de limites constitucionais e legais.


A expansão de despesas será suportada com a previsão de aumento da receita arrecadada pelo município de Diamantino, aliada à previsão de aumento do duodécimo recebido pelo Poder Legislativo conforme leis orçamentárias já aprovadas (PPA e LDO). Os dados da previsão de aumento da receita e duodécimo estão demonstrados na tabela 2.

	2023	2024	2025
Previsão Receita Municipal	185.320.280,80	196.241.998,07	210.798.405,61
Previsão de Duodécimo Poder Legislativo	6.498.872,29	6.906.299,69	7.024.737,92

Tabela 2 – Previsão de Aumento de Receita Corrente/Duodécimo, conforme PPA e LDO vigentes. Valores expressos em reais.

Nesse sentido, **considerando as atuais estimativas apresentadas**, demonstra-se que há suporte orçamentário-financeiro para as despesas oriundas do projeto de Lei que trata da criação do cargo de assessor parlamentar no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Diamantino/MT, 22 de maio de 2023.


Arnildo Gerhardt Neto
Presidente